

# Mutações no tecido urbano: ângulos da ação social

Ana Clara Torres Ribeiro\*

**Resumo.** O texto escolhe a noção de mutação social para abordar ângulos, considerados relevantes, da vida urbana. Com este objetivo, recupera a atual valorização, em curso no âmbito das ciências sociais, do cotidiano, do lugar, do senso comum e da ação possível. Esta recuperação – realizada através de aportes de Henri Lefèbvre, Hannah Arendt, Alain Badiou e Agnes Heller – orienta o diálogo com a análise do espaço, conforme proposta por Milton Santos, e a reflexão do tecido social. Assim, a partir de diversas opções analíticas e da citação de episódios da vida cotidiana, o artigo propõe o estudo de pequenas mutações em desdobramento nas conjunturas urbanas. Na exposição desta proposta, são considerados deslismamentos e deslocamentos de sentido em âmbitos da vida social, relevantes à compreensão atualizada de jogos de poder.

**Palavras-chave.** Mutações, cotidiano, relações sociais, carências urbanas, sociabilidades urbanas.

## MUTAÇÕES SOCIAIS

O termo mutação — em vez de transformação ou mudança — foi escolhido, neste ensaio, para indicar a valorização do tecido social na compreensão da vida urbana, indispensável à reflexão dos determinantes especificamente sócio-culturais da realidade social (Berger e Luckmann, 1978). Entretanto, a tessitura das relações sociais no cotidiano não pode ser completamente reconstruída pela análise, pois significaria o envolvimento do analista na busca do todo social, do tempo absoluto. Aquele tempo que não admite recortes temáticos e nem escolhas conceituais que são, sempre, necessariamente reificadoras dos sujeitos sociais (Heller, 1991). Porém, reconhecer a tessitura da vida social, como imperativo ético, constitui uma conquista imperdível do pensamento social contemporâneo.

\* Ana Clara Torres Ribeiro é professora e pesquisadora do IPPUR/UFRJ e bolsista do CNPq. Este texto reflete o trabalho coletivo que vem sendo desenvolvido no âmbito do LASTRO (Laboratório da Conjuntura Social – tecnologia e território) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Univ. Federal do Rio de Janeiro.

Após essa conquista, a reflexão não pode mais reduzir, por exemplo, a influência exercida pelos lugares sobre o pensamento. Nas belas palavras de Alain Badiou (1994: 8)

Não se pensa exatamente do mesmo jeito nessa constelação posta sobre o solo nu, como um céu invertido, que é Brasília, ou nessa galáxia em perpétua e lenta explosão que é São Paulo; nessa Europa estabelecida sobre o esplendor de um estuário que é Porto Alegre, ou na suntuosa e venenosa decadência do Rio de Janeiro; no abrigo dos muros azuis e brancos de São Carlos ou na densidade cinza e operária de Belo Horizonte.

Assim, as experiências, as sensações e a emoção, condutoras do envolvimento do analista com o seu tempo e lugar, não precisam mais ser expurgadas do pensamento social.

Ao optarmos pela idéia de mutação nos aproximamos daqueles que valorizam o fazer da sociedade, a alteração de condições herdadas de vida. Entretanto, Henri Léfèbvre (1991: 19) nos convida a compreender (e tentar conquistar) a cotidianidade e não a vida cotidiana naturalizada e naturalizante, logo mitificada e mistificadora:

O conceito de *cotidianidade* provém da filosofia e não pode ser compreendido sem ela. Ele designa o não-filosófico para e pela filosofia. Mas o pensamento só pode levá-lo em consideração no decorrer de uma crítica da filosofia. O conceito de cotidianidade não vem do cotidiano nem o reflete: ele exprime antes de tudo a transformação do cotidiano vista como possível em nome da filosofia. Também não provém da filosofia isolada; ele nasce da filosofia que reflete sobre a não-filosofia, o que é sem dúvida o arremate supremo da sua própria superação.

Acrescentamos que a proposta de Léfèbvre dialoga com o anseio de Hannah Arendt (1993) de que o senso comum impeça o poder intrinsecamente totalitário da lógica e, ainda, com a esperança de Agnes Heller (op. cit.), de que o permanente intercâmbio entre ciências sociais e filosofia retenha danos, ao pensamento social, decorrentes da abstração necessária ao conhecimento das sociedades complexas. A indicação deste diálogo distancia-se de qualquer intenção de aproximar, de forma precipitada, autores com leituras e projetos distintos para a modernidade. Apenas desejamos indicar algumas tonalidades assumidas pela reflexão contemporânea e que julgamos indispensáveis à busca de conhecimento atualizado da vida urbana.

## A DIFUSA HEGEMONIA DE ALGUNS DISCURSOS SOBRE O URBANO

Na sociedade brasileira, a valorização do cotidiano é especialmente relevante, já que a auto-construção de condições de vida marca a experiência popular (Oliveira, 1972; Sader, 1988). Neste sentido, convém recordar numerosas análises que acentuaram a recriação social de orientações institucionais, como indicam a vitalidade do catolicismo popular e a incorporação da idéia de mistério em práticas sociais diárias. Nas palavras de Bernardino Leers (1987: 129):

Moral pura só de valores, formulados em conceitos abstratos despersonalizados, deixa-se escrever (...) Mas moral não é em primeiro lugar teoria, conjunto de palavras e frases, eventualmente normas e proibições; subsiste e se realiza na prática do agir, interpretar, querer, decidir e executar das pessoas concretas em situações concretas que, como as pessoas mesmas, estão submetidas ao tempo e espaço mutáveis.

Aliás, o peso da escrita sobre a fala também foi denunciado por Léfèbvre (op. cit.), ou seja, da lei descarnada sobre a vivência e a experiência.

A relevância do acúmulo cotidiano de experiências sociais surge naqueles autores que adotam a carência como noção-chave para a inscrição analítica da cultura e dos valores nas reivindicações urbanas (Nunes, 1989). Para estes autores, a identificação isolada das necessidades não daria conta da experiência popular, conduzindo a interpretações economicistas (ou exclusivamente políticas) da realidade social. Neste caminho, desaparece a ação e seus múltiplos significados sociais. Perde-se, também, o *fio de Ariadne*, para acionarmos o recurso expressivo da Hannah Arendt (op. cit.), do senso comum, desejável fornecedor de parâmetros ao pensamento social.

Esta perda contamina numerosos discursos críticos do urbano que, ao denunciarem condições objetivas de vida, ocultam a força da sociedade e a sua presença ativa na *vida conforme ela é*, como dizia Nelson Rodrigues. Nestes discursos, o sujeito desaparece como possibilidade dos contextos da dominação, o que talvez corresponda ao que a sabedoria popular reconhece como distância entre teoria (análise intelectualizada) e prática (vivência).

Dois pequenos episódios podem ajudar na compreensão deste ponto. No primeiro, a UFRJ lança o Censo da Maré, complexo popular vizinho ao campus. Mobilizando estudantes com camisas que representavam palafitas inicia o trabalho de levantamento da situação social que deveria orientar a sua presença na área. Entretanto, o símbolo das palafitas foi fortemente criticado por lideranças comunitárias, já que não fazia juz às melhorias conquistadas pelos movimentos sociais.

Noutro episódio, comentei, com um taxista, o risco de que a privatização dos serviços de saneamento viesse a prejudicar, ainda mais, a distribuição de água nas áreas faveladas do Rio. A resposta que recebi é bastante expressiva da distância antes assinalada: “A senhora se esquece que os homens que trabalham na CEDAE moram nas favelas e sabem, muito bem, por onde passam os canos...”. Esta é a cidade dos homens lentos, nas belas palavras de Milton Santos (1994). Os homens, como diz este autor, do espaço inorgânico, anti-sistêmico e obscuro que contrasta com áreas luminosas, codificadas e rígidas.

É importante assinalar que o pensamento crítico contemporâneo, ao se aproximar do senso comum, do espaço banal e do cotidiano corre o risco de refazer a indesejada circularidade do relativismo exarcebado, sempre preso nos valores envolventes da vida social imediata (Löwy, 1987). Apenas a insistência na totalidade, necessariamente aberta e tentativa, permitiria evitar o mergulho tentador (e desconstrutor) no sensível e no transitório. Há que se confrontar totalidades analíticas (do espaço, das relações sociais, da cultura) à totalidade construída pelo discurso hegemônico para o futuro da cidade.

O fato de o discurso do planejamento e da ciência ter estado, neste século, tão presente na compreensão do urbano (epicentro da ação institucional) é responsável pelo predomínio da percepção de necessidades sobre a compreensão de carências, dificultando a reflexão do tecido social. Apenas quando emergem na política ou quando o Estado ou outras instituições reconhecem determinados âmbitos das práticas sociais, a experiência popular atinge a visibilidade necessária à reconstrução, pela sociedade, de papéis exercidos na vida diária. Isto significa, em termos abrangentes, a fragilidade dos vínculos entre sociedade civil e Estado e a secundarização da legalidade construída por hábitos e crenças sociais.

É esta legalidade, configurada no âmago da vida cotidiana, que dificilmente se transforma em legalidade instituída, escondendo-se em inúmeras práticas (não ditas) do cotidiano. Nem escrita nem palavra capturam completamente este fazer. A lei não o nomeia e a palavra não é dada aos sujeitos da experiência popular da cidade (Ribeiro e Elias, 1986). Sobretudo agora, quando, por exemplo, nem mesmo o contraste com o universo das práticas institucionalizadas ajuda a desvendar iniciativas indicadas pelo conceito de trabalho informal. Transformado numa das *saiidas* para a crise social, este trabalho deixou de ser visto como objeto relevante de estudo para o esclarecimento da ação e de valores dos homens lentos nas condições oferecidas pelo espaço banal.

Este esclarecimento poderia ocorrer caso a sociologia urbana, acionando novas orientações metodológicas, retomasse com vigor a

pesquisa da experiência popular. Seria necessário apreender, agora, a apropriação subalterna dos recursos oferecidos pelos espaços inorgânicos, permanentemente atribuídos, ou melhor, conquistados pelos setores populares. Esta apropriação, realizada no cotidiano, não se aproxima daquela da liberdade — desejada por Léfèbvre (1969) em confronto transformador dos códigos dominantes da propriedade — mas também não pode ser compreendida por um olhar que reduza o ser social à pobreza de suas condições materiais de vida.

A valorização contemporânea do local e do lugar, associada ao reconhecimento da participação política dos setores populares, também tem ocorrido, em grande parte, sem que a densidade da vida social seja reconhecida. É nesta direção que podemos compreender o seguinte depoimento de Moacir Palmeira, em seminário recente (1996: 252):

A participação eleitoral nessas cidades de interior é muito alta e muito entusiasmada, e não participam apenas os que votam, e nem a eleição é apenas uma farsa. Há lugares, eventualmente, em que se tem um autoritarismo ou um controle absoluto de um chefe político. Mas em geral não se trata de um jogo de cartas marcadas, a coisa é outra (...) Uma das coisas em que talvez precisemos prestar atenção é a própria concepção de política da população (...). Nas áreas em que trabalhei, a política não é concebida como atividade permanente. O sujeito diz: política é igual a eleições, que é basicamente o que eles pensam, política é eleições. Mas não é só dizer, é o viver isso, é o experimentar isso.

Em contraste com esta leitura, a valorização do chamado poder local adquire, muitas vezes, um tom de certeza distante do exame de conteúdos da vida social. Esta tendência desconhece a narrativa, tornando o lugar num não-lugar, distante dos acúmulos da vivência.

Essa tendência é correlata ao fato de que, na atual revalorização da cultura na política urbana, aconteça, em geral, o desconhecimento do cotidiano, da transformação diária do espaço herdado. Perde-se, assim, a germinação cultural da vida diária, hoje tão atingida pelo marketing, pela administração do consumo (Ribeiro, 1995; Garcia, 1997). Nas metrópoles periféricas, os novos processos de manipulação da cultura e de recursos espacializados não geram a afirmação absoluta de um espaço *alisado* (Guattari, 1985) ou de *fluxos* (Castells, 1984). Entretanto, a articulação sistêmica das técnicas, reconhecida por Milton Santos como tendência no mundo contemporâneo, orienta o discurso administrativo e a ação institucional envolvidos na afirmação da cidade capitalista ajustada aos interesses hegemônicos.

O espaço alisado ou dos fluxos — projetado por governos, firmas e segmentos sociais que usufruem da técnica — recebe a resistência estratégica de um agir cotidiano extremamente vivo. Este agir não encontra completamente a sua visibilidade, permanecendo retido nas malhas do desconhecido, da banalização, do folclórico, da filantropia, das normas excludentes e do preconceito. Assim, a irracionalidade e o atraso endêmico de nossa vida urbana podem ser atribuídos impunemente, por discursos dominantes auto-referidos como modernos e informados, a este fundo obscuro da experiência social.

No discurso racionalizador do todo, distante da totalidade analítica, é mais fácil reconhecer indivíduos do que coletividades ativas. *Eu fiz* é uma expressão freqüente demais, na propaganda eleitoral, para não indicar elementos do ideário político hegemônico; bastando recordar aqui a intensidade do resgate de Carlos Lacerda nas últimas eleições municipais do Rio de Janeiro. Trata-se da simbiose entre bom governo (governante) e obras, entre eficiência e modernização físico-espacial. Neste padrão discursivo, o habitante desaparece do debate da urbanidade, de ideários renovados para a sociabilidade urbana. Na contra-mão deste discurso dominante, desdobram-se práticas populares que mergulham na vida diária, recolhendo da materialidade condições imediatas de sobrevivência.

#### CONJUNTURA E VIDA URBANA

A nova face do planejamento, conduzida pelo negócio e pelo empreendimento (Pacheco, 1995), constrói um discurso transformado do todo, mesmo quando as intervenções na materialidade urbana tornam-se estrategicamente pontuais. Neste discurso, a cidade é lida como um complexo de virtualidades, devendo ser adaptada à sua inserção nos fluxos globais (Castells, 1995). Novos projetos concebem a disponibilização da vida urbana aos empreendimentos, com a concordância daqueles segmentos sociais incorporáveis às formas emergentes de trabalho — os segmentos médios urbanos. A veiculação desta possibilidade, fortemente realizada pela indústria cultural, adquire o perfil de uma mescla de ideários de auto-realização, sucesso financeiro imediato e agilidade na apropriação mercantil de recursos. Trata-se, em suma, de um novo código da ação considerada desejável e, portanto, *de futuro*.

O tempo curto, imediato, constitui elemento essencial desse código. A velocidade adquire, neste contexto, a conotação de condição urbana obrigatória e individualmente usufruída, alisando no desejo o que não pode ser alisado nas relações sociais cotidianas e nem abrigado nas rugosidades do espaço

banal. Este cotidiano projetado permite que sejam difundidos ideários que somam negócio, contemplação e lazer. Trata-se de uma leitura do todo mais arguta do que a homogeneização que caracterizava as metas anteriores do planejamento urbano. Nesta nova leitura, adquire centralidade o pinçamento de potencialidades do lugar, sendo estabelecidas interfaces superficiais com o tecido social. Porém, estas características do novo discurso urbano não significam maior aproximação do cotidiano popular, por mais que sejam referidos, em intervenções no urbano, ângulos da vida diária.

O nova construção ideológica do todo urbano apresenta características similares às observadas nos países centrais, em decorrência de elementos técnicos e culturais mundialmente difundidos. O mimetismo nas soluções urbanísticas e arquitetônicas é um dos sintomas mais evidentes deste processo, aclimatando iniciativas e rotinizando atividades. Trata-se da fisionomia da última modernidade, eivada de recuos com relação a anseios de igualdade sócio-econômica.

Preserva-se, desta maneira, a essência do mesmo no deslissamento ágil e superficial da mudança. A tendência à *presentificação* do futuro (Santos, 1996) talvez esclareça algumas características relevantes do novo urbano projetado, já que é esta temporalidade de pronto resultado que viabiliza a aparente aproximação do novo projeto com o cotidiano — sempre rebelde à sua rápida (des)apropriação. O novo planejamento implica uma intervenção espetacular no tecido urbano que favoreça o consumo, o negócio e a superficialização das relações sociais (Ribeiro, 1995). Costumes e expectativas são alterados pelo deslissamento de novas propostas (Garcia, op. cit.); ampliando a distância social com relação à política e, assim, ao debate público da legalidade desejável.

O cotidiano projetado e a vida cotidiana dos setores populares, em sua falta de integração, não sintonizam os rumos da cotidianidade, conforme formulada por Henri Léfèbvre. Constituem planos distintos do urbano, cujos atores são mantidos a relativa distância, apesar da crescente existência de mediadores profissionais. Cabe observar, entretanto, que o cotidiano urbano, mesmo nos atuais limites, guarda uma surda multiplicidade de possibilidades de ação. Este entendimento é um ganho analítico dos estudos dedicados aos denominados novos movimentos sociais, como assinala Marilena Chauí na introdução do livro de Eder Sader *Quando novos personagens entraram em cena* (1988: 12):

Não é o cotidiano nem a sua aparência reiterativa que fazem a novidade, mas o sentido novo que lhes emprestam seus agentes ao experimentar suas ações como lutas e resistências.

A politização do cotidiano e a cotidianização da política significaram, na recente história urbana do país, uma experiência social inovadora de resultados necessariamente incertos. Aliás, a vivência popular constrói a negociação e/ou o conflito com a racionalidade dominante (Carvalho, 1990) como táticas acionadas no âmago do espaço banal. Eder Sader (op. cit., p. 32) indicou o processo que denominamos por mutação:

[...] mudanças decisivas ocorreram no curso da década (1970-1980), mas através de progressivos deslocamentos de sentido tão sutis que demandaram tempo para mostrarem-se em sua inteireza. Pequenos atos, que até então seriam considerados insignificantes ou reiteração de uma impotência, começam a receber novas conotações.

Os deslocamentos de sentido — que, com relação ao todo construído pelo pensamento dominante, chamamos de deslisamentos — são, de fato, resistentes à sua completa apreensão através de conceitos criados para a análise da conjuntura política. Conformam aglutinações do social ou, ainda nas palavras de Henri Léfèbvre (1978), retículos e filamentos correspondentes a tendências não imediatamente visíveis na esfera institucionalizada da política. Isto não quer dizer, como numerosos autores já assinalaram, a existência de uma esfera da realidade social isenta da política. Porém, as novas formas de ação podem permanecer mescladas, por tempo indefinido, no refazer cotidiano da vida urbana.

As mutações no agir enfrentam o fato de que a desinstitucionalização de relações sociais — hoje observada com clareza no âmbito do trabalho — surge acompanhada da ampliação de formas de controle do espaço e da sociedade. Assim, o esmaecimento de referências institucionais ocorre de forma simultânea ao aumento da vigilância sobre as práticas cotidianas. Afinal, o cenário urbano que mescla garantias de segurança a situações de risco calculado surge como ideal para a ação hoje considerada bem sucedida; associando promessas de auto-realização, características do individualismo, às experiências emocionais dos *jogos de guerra*. Apontam para esta tendência: os denominados esportes radicais; os produtos visuais com alta dose de efeitos técnicos; os vídeo-games que exploram a agilidade mecânica (tantas vezes homicida) do jogador.

O deslramento de novos projetos nas conjunturas urbanas torna ainda mais instáveis contextos sociais historicamente incorporados à luta pela sobrevivência das camadas populares. Nas grandes cidades do país, antigas instituições buscam a sua ágil renovação (Ribeiro e Silva, 1997) e emergem redes internacionais de firmas, cujo sucesso depende da transmissão de novas orientações comportamentais. Assim, tipos sociais mutantes vêm sendo



rapidamente codificados: o pequeno empresário, a mulher empreendedora, o jovem universitário criativo e inventor. Neste sentido, formatos organizativos, com conteúdos diversos, reestruturam o mercado de trabalho urbano; modificando condições objetivas e subjetivas de vida. Como nos diz Norbert Lechner (1990), o cotidiano precisa ser apreendido nas intersecções do macro e do micro.

Neste sentido, preservamos analiticamente a existência de uma totalidade metropolitana — plena de cisões, fraturas e fragmentos — cuja real vivência é sempre limitada. Entretanto, conhecemos pouco do nosso espaço vivido, já que permanecemos, em grande parte, encerrados nos limites de nosso *espaço social* de pertença. Limites que são mantidos mesmo quando nos deslocamos por geografias expressivas do habitat de outras classes sociais. Não se trata apenas de uma questão de ideologia (de classe), mas da estruturação histórica da sociedade, da constituição de contextos da vida social.

Além disto, o mapeamento do espaço vivido enfrenta dificuldades com origem no fato de que a aproximação entre identidades espaciais e sociais é, muitas vezes, indesejável para as classes populares — pelos estereótipos e preconceitos presentes na vida cotidiana — e também para as classes dominantes, que buscam noutras geografias a complementação do seu espaço social. Desta maneira, apreender a vida urbana e analisar mutações sociais (deslisamentos e deslocamentos) não são tarefas realizáveis através de conceitos fechados à pluralidade de sentidos da experiência social. Se o reconhecimento do nexo entre identidade espacial e social constitui-se numa construção plena de obstáculos na história urbana do país, a isto somam-se o desenraizamento cultural e o alisamento dos lugares como consequências relevantes da produção capitalista contemporânea.

Amplia-se a sensação de não pertença. No mundo das comunicações, as identidades sociais tendem à perda de referências territoriais seguras. Entretanto, para os homens lentos, no dizer de Milton Santos, é indispensável o recurso às imediatas condições materiais de vida. Nesta caso, a objetivação — desde que aperiada através da subjetividade e da cultura — afastar-se-ia da alienação. O domínio dos lugares, condensadores de condições materiais da vida, é necessário à sobrevivência na escassez. Entretanto, a impossibilidade do pertencimento aos lugares em que se vive continua a preencher parte substantiva da vida cotidiana, dizendo-nos de suas qualidades sociais e culturais.

## EM DEFESA DA FALA

Léfèbvre (1991) denominou a sociedade contemporânea, de forma premonitória, de sociedade burocrática de consumo dirigido, onde a gestão preenche âmbitos sociais e esferas da vida coletiva. Também cunhou para a atual sociedade — que outros preferem denominar de pós-industrial, pós-moderna ou pós-socialista — a noção de sociedade terrorista, distinta da sociedade aterrorizante, onde a violência pode ser localizada num grupo responsável. Na sociedade terrorista, cada um está aparentemente livre para viver os prazeres do corpo e do espírito, sem controle das instituições.

Nesta sociedade, a orientação institucional é substituída pelo controle de si próprio, onde o indivíduo em vez de livre — o que só poderia ocorrer pelo enriquecimento das trocas inter-subjetivas e pela emergência de uma legalidade socialmente partilhada — torna-se o único responsável pelo seu destino, mesmo quando suas condições objetivas e subjetivas de vida negam esta possibilidade. Estaríamos, neste sentido, próximos de alguns discursos que têm acompanhado alterações em políticas públicas no Brasil, caracterizados por um *mix* de informação e estímulo à auto-responsabilidade. Se aí, sob camadas de ideologia, podemos reconhecer sombras da correta valorização da pessoa, também podemos identificar a ameaçadora desinstitucionalização da vida social. Nesta vida, a informação retém a palavra que, para Léfèbvre (1991), seria a condutora da identidade e de relações transformadoras com a cidade. Também Lyotard (1988) nos diz da narrativa como possibilidade de atualização da cultura e de resistência à hegemonia mercantil da informação.

Devemos valorizar, face a essas características atuais da vida urbana, a indignação expressa na força da palavra. Recorrendo novamente a um episódio exemplar, recordamos a revolta de Anete Moreira, empregada doméstica, contra falhas sistêmicas que conduziram à não internação de sua mãe, por um plano de saúde, e ao seu posterior falecimento (Jornal do Brasil, 17/06/97). Nas suas palavras:

Tudo que eu quebrei (uma porta de vidro e um computador) pode ser reposto. A vida de minha mãe não (...) Minha irmã via minha mãe piorar, pedia socorro e nada. Levamos um papel da Assim, provando que já tinha pago. Dissemos que atrasou porque não mandaram cobrança. Não adiantou. O dinheiro, ali, vale mais que a vida. A saúde no Brasil é uma vergonha, a pessoa morre e quem pode ajudar assiste e não atende. Só com dinheiro.

A palavra, fortalecida pela legitimidade, pode romper o império da informação descarnada e/ou os limites do discurso crítico formulado em nome de um outro que permanece sem nome ou com o rosto tarjado do anonimato e

da marginalização. Este é um aprendizado que dialoga com a nova sensibilidade das ciências sociais, aberta para o senso comum, o cotidiano e o lugar. Existem elos entre cotidianidade e urbanidade que apoiam novas formas de pensar e agir. Porém estes elos ainda encontram-se contidos por formulações da vida urbana que mais servem ao mercado do que à sociedade. Desta maneira, tem sido esquecido o fato singelo de que a felicidade e a riqueza da vida espontânea também podem ser profundamente atraentes num mundo marcado pelo medo e pela exclusão, inclusive para os negócios.

#### ABSTRACT

*The paper chooses the notion of social mutation to deal with some important angles of urban life. With that purpose it recuperates the actual valorization, by the social sciences, of the everyday life, the place, the common sense and the possible action. That recuperation – made with the help of authors like Henri Léfèbvre, Hannah Arendt, Alain Badiou and Agnes Heller – is oriented to a dialogue with analyses of the space, as the one proposed by Milton Santos, and the reflection of the social tissue. Those analytical options and some episodes of everyday life sustain the proposal of studies dedicated to small mutations in urban conjunctures. The exposition of that proposal includes displacements of meaning in spheres of social life, specially relevant to the understanding of some contemporary power plays.*

#### RÉSUMÉ

*L'essai sélectionne la notion de mutation sociale pour l'analyse d'angles, considérés importants, de la vie urbaine. Avec cet objectif, on récupère l'actuel valorisation en cours dans les sciences sociales, du quotidien, du lieu, du sens commun et de l'action possible. Cette récupération – réalisée avec l'appui de contributions de Henri Léfèbvre, Hannah Arendt, Alain Badiou et Agnes Heller – est orientée au dialogue avec l'analyse de l'espace, comme proposé par Milton Santos, et à la réflexion du tissu social. De cette façon, ayant pour base diverses options analytiques et la citation d'épisodes de la vie quotidienne, est faite la proposition d'étude de petites mutations en développement dans les conjonctures urbaines. L'exposition de cette proposition pour la recherche urbaine, inclut les glissements et les déplacements de signification de sphères de la vie sociale, importants pour la compréhension des jeux de pouvoir.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arendt, H. (1993) *A dignidade da política: ensaios e conferências*, org. Antonio Abranches, Trad. Helena Martins e outros. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Badiou, A. (1994) *Para uma nova teoria do sujeito: conferências brasileiras*. Trad. Emerson Xavier da Silva, Gilda Sodré; revisão técnica Ari Roitman, Paulo Becker. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará.
- Berger, P. e Luckmann, T. (1978) *A construção social da realidade*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes.
- Brunner, J. J. (1988) *Un espejo trijado: ensayos sobre cultura y políticas culturales*. Santiago: FLACSO.
- Carvalho, E. G. de (1990) *Direito e necessidade: a questão fundiária e a justiça no Rio de Janeiro*. Tese de Mestrado apresentada ao IPPUR/UFRJ.
- Castells, M. (1984) "La crisis, la planificación y la calidad de vida: el marco de las nuevas relaciones históricas entre espacio y sociedad". *Revista Mexicana de Sociología*, IV.46, nº 4, out-dez.
- Castells, M. (1995) *The informational city: information technology, economic restructuring and the urban-regional process*. Cambridge: Blackwell.
- Garcia, F. S. (1997) *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Editora Palavra.
- Guattari, F. (1985) "Espaço e poder: a criação de territórios na cidade". *Espaço & Debates*, Ano V.
- Heller, A. (1991) "A sociologia como desfetichização da modernidade". *Novos Estudos*, nº 30, julho.
- Leers, B. (1987) "Filosofia, moral, ética, família e sociedade no Brasil (1964-1984)" in Ivete Ribeiro (org.), *Sociedade brasileira contemporânea: família e valores*. São Paulo: Loyola, Rio de Janeiro: Centro João XXIII.
- Léfèbvre, H. (1969) *O direito à cidade*. Tradução de T. C. Netto. São Paulo: Ed. Documentos.
- Léfèbvre, H. (1978) *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 4ª ed.
- Léfèbvre, H. (1991) *A vida cotidiana no mundo moderno*. Trad. Alcides João de Barros. São Paulo: Ed. Ática.
- Lówy, M. (1987) *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. Trad. Juarez Guimarães e Suzanne Felice Löwy. São Paulo: Busca Vida.
- Lytard, F. (1988) *O pós-moderno*. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 3ª ed.
- Nunes, E. (1989) *Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos*. São Paulo: Lua Nova, nº 17.
- Oliveira, F. (1972) "A economia brasileira: crítica à razão dualista". *Estudos CEBRAP*, nº 2, outubro.

- Pacheco, R. (1995) "Gestão metropolitana em debate: arranjos institucionais" in Valladares, Lícia e Coelho, Magda Prates (org.), *Governabilidade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Palmeira, M. (1996) Participação em seminário organizado e editado por Ivo Lespaupin – *Prefeituras do povo e para o povo*. São Paulo: Edições Loyola, Rio de Janeiro: Centro João XXIII.
- Ribeiro, A. C. T. e Elias, R. (1986) "A luta pelo lugar: os camelôs no centro do Rio de Janeiro". *Cadernos do CEAS*, nº 103.
- Ribeiro, A. C. T. (1995) "O espetáculo urbano no Rio de Janeiro". *Cadernos IPPUR/UFRJ*, Ano IX, nº 1/4, jan-dez.
- Ribeiro, A. C. T. e Silva, C. A. (1997) "Impulsos globais nas metrópoles da periferia capitalista". Buenos Aires: *VI Encontro dos Geógrafos da América Latina*.
- Sader, E. (1988) *Quando novos personagens entraram em cena (experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Santos, M. (1994) *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico e informacional*. São Paulo: HUCITEC.
- Santos, M. (1996) *A natureza do espaço (técnica e tempo/razão e emoção)*. São Paulo: HUCITEC.